



## EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE EXCEÇÃO

José Wellington Germano<sup>1</sup>

“A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica”.

Theodor W. Adorno

“Todos os textos escolares nazistas ou fascistas baseavam-se em um léxico pobre em sintaxe elementar, com o fim limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico”.

Umberto Eco

“Em tempo algum pude ser um observador ‘acinzentadamente’ imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética (...). O meu ponto de vista é o dos ‘condenados da Terra’, dos excluídos”.

Paulo Freire

A atividade do pensamento pressupõe, conforme Hannah Arendt, a capacidade de fazer juízos morais, que habilite as pessoas para saber distinguir o bem do mal. A grande pensadora, na verdade, buscava explicar a banalidade do mal no contexto do totalitarismo nazista. Para ela, a formação de juízos morais era fundamental para prevenir a emergência da barbárie, como aquela do nazi-fascismo, que exterminou milhões de seres humanos em campos de concentração de forma deliberada, planejada, como nunca antes conhecido na história.

<sup>1</sup>Professor titular aposentado e Emérito da UFRN. Sociólogo (UFRN), mestre em sociologia (UNICAMP) e doutor em Educação (UNICAMP), tem vasta experiência na área de Sociologia, com ênfase nos estudos sobre a educação, cultura e política, atuando principalmente nos temas educação e sociedade, políticas educacionais, Estado e Políticas Públicas, cultura e política.

A educação, na qual se inclui a educação escolar, evidentemente, tem um papel fundamental para a formação de juízos morais. Assim como Hannah Arendt, em face dos horrores dos regimes políticos totalitários de ultradireita, como o nazismo, um dos mais eminentes pensadores do século XX, Theodor W. Adorno escreveu um texto emblemático, denominado “Educação após Auschwitz”. Ora, sabemos que Auschwitz foi um dos mais cruéis campos de concentração erguidos pela ditadura comandada por Hitler. Logo na primeira linha do mencionado texto, Adorno observa que: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”. Aqui está um claro reconhecimento da importância da educação para a constituição de sujeitos com capacidade de discernir e de ter uma compreensão crítica do mundo e, por conseguinte, serem cidadãos livres.

Nessa perspectiva, para o citado pensador, especial destaque deveria ser dado à educação na primeira infância porque aí estão as bases da formação. Observem-se as suas palavras: “Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me (...) primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes” Para ele essa seria uma ação imprescindível para prevenir um retorno ao fascismo.

Como observador crítico e participativo do seu tempo, o físico Albert Einstein, também se debruçou sobre os problemas da ciência, dos intelectuais e da educação sob o autoritarismo fascista. A respeito disso escreveu “Os políticos reacionários (...) conseguiram sensibilizar a opinião pública contra todas as atividades dos intelectuais”. E prossegue Einstein: “Graças a este primeiro sucesso, tentam agora proibir a liberdade do ensino e expulsar de seu posto os recalcitrantes”.

Em sua enfática defesa da educação como espaço para o desenvolvimento do espírito crítico, afirma ainda o grande mestre: “Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade”. Desse modo, “é necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto”. Conclui dizendo que: “Ao não ser assim, ele se assemelhará, com os seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que uma criatura harmoniosamente desenvolvida”. Palavras de Albert Einstein. Para se contrapor a tudo isso, ele defende que se torna imprescindível realizar uma forte resistência crítica.

É verdade que esses grandes mestres se reportaram a outros contextos. Mas também é verdade, que das suas respectivas sepulturas, eles deverão estar a acompanhar com perplexidade, a reemergência das mesmas forças de ultradireita, que nos 20 e 30 do século passado levaram as sociedades às desgraças, com o massacre o humano generalizado, como observa Luiz Gonzaga Belluzzo. Uma das primeiras áreas a ser alvo de ataques pela política reacionária, no passado e no presente, diz respeito justamente à educação, aos intelectuais, sobretudo os de esquerda, à cultura, aos livros, às bibliotecas e a tudo que possa assumir a dimensão de “linhas de fuga”<sup>2</sup> (DELEUZE, 1997). Enfim a repressão e censura ao conhecimento crítico, aquele que pode auxiliar os indivíduos a ter capacidade de fazer escolhas morais e de julgamento inerentes à atividade do pensamento.

Trata-se, na verdade, de impedir a autorreflexão crítica. O programa da xenófoba e ultradireitista Alternativa para a Alemanha (AfD), partido em acentuado crescimento eleitoral, pede, por exemplo, “a mudança dos cursos de história para acabar com a ‘ênfase’ na crítica ao nazismo em favor de ‘aspectos positivos’ da história”, conforme matéria da

<sup>2</sup> “As linhas de fuga são aquelas que escapam da tentativa totalizadora e fazem contato com outras raízes, seguem outras direções. Não é uma forma fechada, não há ligação definitiva. São linhas de intensidade, apenas linhas de intensidade”.

revista Carta Capital, assinada por Antônio Luiz M.C. Costa. Esse é um fato recorrente na política de direita e na história dos regimes ditatoriais, como ocorreu no Brasil durante o regime militar (1964-1985).

Passando do cenário internacional para o Brasil, é indiscutível que, também aqui, ocorre a reemergência de forças políticas regressivas numa escala sem precedentes nos últimos trinta anos. Depois de mais de uma década de reformismo social, democratização do espaço público, da descoberta de petróleo na camada pré-sal e de uma política externa independente dos centros hegemônicos do capitalismo, como os EUA, o país volta a assistir a uma escalada regressiva e autoritária, reunindo as direitas tradicionais e agentes da plutocracia, protagonistas de um neoliberalismo tardio, sem disfarce. Escalada que culminou com um golpe de Estado de novo tipo que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT), sem que tenham sido comprovados os crimes de responsabilidade a ela imputados.

Trata-se de um golpe parlamentar, sem a intervenção militar, mas com forte apoio da grande mídia, de setores do judiciário e do ministério público. Assim aconteceu, por exemplo, em Honduras e no Paraguai, onde Fernando Lugo, um bispo da Teologia da Libertação, foi destituído pelo Parlamento em 48 horas. Monta-se um aparato jurídico, seguem-se ritos procedimentais para dar vestes de legalidade ao arbítrio, emprega-se uma retórica democrática e a democracia, na verdade, é reduzida a escombros. Um golpe diferente, como escreve Boaventura de Sousa Santos, cujo objetivo é “sem qualquer alteração constitucional, sem qualquer ditadura militar, interromper o processo democrático”.

Mas as forças golpistas brasileiras procuram fugir, a todo custo, dessa designação, não querem ser considerados golpistas, por causa da sua conotação negativa. Eles se consideram patriotas, se vestem de verde e amarelo, cores da bandeira do Brasil, e se dizem, é claro,

que são democratas. Alegam que seguiram a Constituição, obedeceram aos ritos estabelecidos na legislação pertinente e que tiveram a chancela da Suprema Corte do país, cujo presidente da instituição dirigiu as sessões do Senado no momento final do processo de *impeachment*. Mas o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowsky afirmou que, com a destituição da presidenta da República, houve um “tropeço da democracia”. Na verdade, os ritos foram seguidos, mas para dar vestes de legalidade ao arbítrio, uma vez que o mérito das acusações não foi levado em conta, pelos opositores do governo, no julgamento da presidenta Dilma Rousseff.

Nos momentos que antecederam ao *impeachment*, é bom que se diga, criou-se no país um ambiente de insegurança jurídica com prisões injustificadas de pessoas ligadas ao governo, grampos telefônicos ilegais, inclusive de conversas privadas da própria presidenta da República, vazamentos seletivos, para a grande mídia, de depoimentos, áudios e vídeos incriminatórios de figuras ligadas ao governo ou ao seu partido. Acrescente-se, ainda o cerco avassalador contra o ex-presidente Lula, principal líder popular do país, figura reconhecida internacionalmente, feita por setores do ministério público federal, do judiciário e da polícia federal com intensa cobertura da grande mídia, sobretudo das redes nacionais de televisão, com destaque para a Rede Globo. Medidas judiciais foram tomadas impedindo a presidenta Dilma de nomear certas pessoas para integrar o seu ministério, como o ex-presidente Lula e assim por diante.

Ao lado disso, uma sistemática campanha midiática disseminando uma narrativa de uma nota só, repetida até a exaustão, dia e noite, propalando que, a partir do governo Lula e prosseguindo com Dilma Rousseff, nunca antes na história, o país conhecerá tanta corrupção. Portanto, estava criado o clima propício para o desfecho do golpe de Estado, uma vez que



o discurso, uma vez repetida à exaustão, tem consequências práticas. Foi o que, de fato, aconteceu. Em decorrência desse processo de ruptura democrática, emerge um Estado de exceção. De conformidade com o professor de Direito Constitucional Pedro Serrano já está em vigência no Brasil “o Estado de exceção dentro do Estado de Direito”. Para o filósofo Giorgio Agamben: “O Estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ser legal”.

Ao se observar a história do país, a partir dos anos 1950, parece evidente que, no Brasil de 2016, guardadas as diferenças históricas, existe uma linha de continuidade com relação aos golpes ou tentativas de golpe do passado. Em essência, são as mesmas forças sociais de direita que golpearam Getúlio Vargas em 1954, levando-o ao suicídio; tentaram a todo custo evitar a posse de Juscelino Kubitschek; desferiram o golpe de Estado civil-militar contra João Goulart (Jango), um presidente reformista, em 1964; elegeram Fernando Collor em 1989, e golpearam Dilma Rousseff em 2016, além de empreender uma perseguição implacável, especialmente, como foi dito, ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Na esteira desses acontecimentos, cresce a repressão aos movimentos sociais e aos estudantes em mobilização, enfim, aos setores que se situam à esquerda do espectro político que resistem ao golpe de Estado.

Essas forças políticas de direita, em grandes linhas, são constituídas pelas as classes proprietárias, o grande empresariado, com relevo, no atual contexto, para os representantes do capital financeiro. Trata-se, enfim, de um golpe encetado pelas classes dominantes, com apoio da mídia hegemônica, com destaque para as redes de televisão, tendo a Globo à frente, e de amplos segmentos das chamadas classes médias, sem esquecer os interesses geopolíticos do império. Como observa, pois, Boaventura de Sousa Santos (2016), “estamos envolvidos em uma luta não só nacional, mas internacional,

dada a importância do Brasil”.

Os adversários, como sempre, são os governos, partidos e políticos de apelo popular que, de algum modo, tentaram empreender reformas sociais, estruturais, tiveram alguma inclinação à esquerda, ao enfrentar a desigualdade social, guardaram proximidade com os setores populares e com os movimentos sociais, protegeram as riquezas nacionais, como o petróleo, e desenvolveram políticas externas independentes dos polos hegemônicos do capitalismo.

A narrativa de todos esses golpes ou tentativas de golpe, resiste ao tempo: um discurso ancorado numa falsa moralidade em que governos e forças políticas que pedem para o reformismo social são acusados de corruptos. Por trás dos ataques a Vargas, por exemplo, estava, sobretudo, à criação da Petrobrás, assim como às suas políticas trabalhistas, a exemplo da proteção do salário-mínimo, mas o seu governo era acusado de ser um “mar de lama”. Por sua vez, Jânio Quadros, “o homem da vassoura”, foi eleito presidente da República em 1960 com o discurso de que iria varrer a sujeira pelo governo Kubitschek. Na justificativa do golpe de Estado de 1964, que depôs Jango, ao lado do combate à subversão da ordem, ou seja, ao reformismo social, estava o enfrentamento da corrupção. Com a redemocratização do país, em 1989, essas forças reacionárias apostaram na eleição de Collor, o “caçador de marajás”, contra Lula (PT), o candidato da esquerda.

Em 2016 esse foi o discurso que procurou justificar golpe que destituiu a presidente Dilma. Como já foi explicitado no presente texto, por anos a fio, as redes de televisão, rádio e jornais da grande mídia alardearam e continuam a alardear, que os governos do PT foram os mais corruptos da história brasileira. Junto com isso um elevado número de inquéritos, processos e prisões, muitas delas injustificadas, mas que têm o efeito de demonstrar para a sociedade a existência de um verdadeiro “mar de lama” nos governos que pretenderam realizar

reformas sociais e retirar da miséria milhões de brasileiros.

Vale lembrar ainda que Vargas enfrentou a “República do Galeão” enquanto Dilma Rousseff, Lula e o PT, estão na mira da chamada “República de Curitiba”, com um grau de violência e arbitrariedade muito maior, através da chamada “Operação Lava Jato”. Um tribunal considerado de exceção, conforme juristas de renome como Fábio Konder Comparato. Na verdade, uma força-tarefa que, em nome do combate à corrupção, ao invés de fortalecer a democracia, com as suas ações seletivas, partidárias, vem contribuindo para enfraquecer a normalidade democrática. Além disso, tem contribuído significativamente para o agravamento da crise econômica ao inviabilizar a atuação de grandes empresas, cujos executivos estão envolvidos em processos de corrupção.

É sintomático, de igual modo, que, se existia a Petrobrás por trás dos ataques a Vargas e que por trás do golpe de Estado que depôs Jango, estavam o reformismo social e a política externa não alinhada com os EUA, por trás do *impeachment* de Dilma, por sua vez, estava o reformismo social, a Petrobrás com a descoberta do pré-sal e uma política externa orientada a constituição de outra globalização, contra hegemônica, multipolar, mediante a transformação do sul global em protagonista de peso no cenário internacional. Uma política que contribuiu decisivamente para a formação dos BRICS (China, Índia, África do Sul, Rússia e Brasil), para o fortalecimento da América do Sul procurando dinamizar e ampliar o MERCOSUL e para estreitar o relacionamento com o continente africano. No que pese o discurso contra a corrupção, na verdade, foi esse conjunto de ações do governo que motivou o golpe parlamentar de 2016. Trata-se, evidentemente, de uma disputa pelos fundos públicos do Estado brasileiro, levada a cabo por grupos econômicos poderosos, sob a hegemonia do capital financeiro.

Para o sociólogo Jessé Souza o discurso moralista contra a corrupção esconde o principal problema do país: as profundas desigualdades sociais existentes entre as classes e o abandono a que os pobres, os excluídos e os trabalhadores foram relegados, desde a escravidão, e continuam sendo relegados, até hoje, pela elite brasileira. Ao mesmo tempo, esse é um discurso que procura desvalorizar, a todo instante, o setor público tido como corrupto e ineficiente, ao passo que o setor privado é visto como eficiente e virtuoso.

Fica evidente, portanto, uma linha de continuidade entre o golpismo de ontem e o de hoje, mas poucos percebem isso. De acordo com a visão de Jessé Souza, “mudam-se as vestes e as fantasias, ‘moderniza-se’ o golpe, substitui-se o argumento das armas pelo argumento ‘pseudo-jurídico’, amplia-se a aparência de ‘neutralidade’(…), mas preserva-se o principal: Quem continua mandando de verdade (...) são os mesmos 1% que controlam a riqueza, o poder e instrumentalizam a informação a seu bel-prazer”. Desse modo, “os outros 99% ou são manipulados diretamente”, como a classe média conservadora, “ou assistem de longe, bestializados, a um espetáculo ao qual, como sempre, vão ter que pagar sem participar do banquete”.

Nos regimes autoritários e ditatoriais, como já foi mencionado, a educação constitui um dos alvos privilegiados dos ataques das forças reacionárias. Afinal, a educação exerce um papel fundamental na formação das subjetividades, portanto, de sujeitos humanos. Esse cerco repressivo se estende aos intelectuais, cientistas, instituições culturais, universidades, escolas, bibliotecas e tudo mais que possa assumir uma dimensão crítica ou de resistência ao obscurantismo. Na verdade, o que motiva esses ataques é a tentativa de impedir o trabalho do pensamento, a capacidade de fazer juízos morais, de distinguir o bem do mal, no sentido assinalado por Hannah Arendt, e, por essa via, interditar

o espaço público, impedir a ação política. É claro que esses regimes procuram se legitimar ao criar a sua própria camada de intelectuais, moldar o sistema educacional e as instituições culturais à sua imagem e semelhança e ao desencadear uma intensa campanha midiática e propagandística alardeando os seus benefícios para o país e o seu povo.

A respeito do Brasil, não é necessário retroceder muito longe na história. É suficiente lembrar os acontecimentos na educação, decorrentes do golpe midiático-civil-militar de 1964, na expressão de Juremir Machado da Silva (2014)<sup>3</sup>. Em primeiro lugar, o golpe em apreço tentou se legitimar, a todo custo, ao se autoproclamar como uma revolução em defesa da democracia e contra a subversão da ordem e a corrupção, quando, na realidade, estava destruindo a democracia, sendo reduzida a ruínas. Para tanto foi empregado o uso das forças militares, com todo o aparato de guerra, tanques e tudo mais, ocupando as ruas e instituições sob suspeita. Levas e levadas de pessoas foram transformadas em presos políticos, do dia para noite, cassados, tiveram direitos políticos suspensos, milhares se tornaram exilados. A ditadura estava sendo implantada e duraria vinte e um anos (21), portanto, quase um quarto do século XX (1964/1985).

Uma das primeiras atitudes das forças golpistas foi invadir e incendiar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro. Repressão que se estenderia pelas entidades representativas dos estudantes por todo o país. Além disso, universidades foram invadidas por forças militares, a exemplo da Universidade de Brasília (UnB), várias, ao longo da ditadura, tiveram reitores militares, inclusive a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Ministério da Educação, em períodos diversos, foi comandado por oficiais do Exército, como o coronel Jarbas Passarinho e o general Rubem Ludwig.

Repressão das mais violentas se abateu sobre os movimentos de educação e cultura popular com a prisão dos seus docentes, fechamento das suas escolas, destruição das suas bibliotecas, como ocorreu em Natal, com a “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, época do prefeito Djalma Maranhão e do professor Moacyr de Góes, secretário de educação. Idêntico destino tiveram os participantes da experiência desenvolvida pelo educador Paulo Freire em Angicos, sertão do Rio Grande do Norte. Alguns deles, como Marcos Guerra, foram presos na estrada, no interior de Pernambuco, quando voltavam para Natal. O próprio mestre Paulo Freire, educador-símbolo do país, foi preso, cassado, exilado. De igual modo a repressão política atingiu o Movimento de Cultura Popular (MCP), de Pernambuco, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e todos os demais movimentos de educação e cultura popular disseminado pelo Brasil. Todos acusados de subversão da ordem através do ensino e de difundir ideologias contrárias à índole do povo brasileiro, conforme o vocabulário autoritário (Germano: 2005,20015).

Nas universidades a repressão começou cedo com a instauração de incontáveis Inquéritos Policiais-Militares, os temíveis IPMs, bem como a perseguição de professores e estudantes considerados subversivos. O movimento estudantil foi, praticamente, destruído, com as suas lideranças transformadas em presos políticos. Por sua vez, muitos professores, cientistas, intelectuais de reconhecido valor foram também presos, cassados ou tiveram que se exilar no exterior. A ordem era silenciar os adversários do golpe de Estado. Nomes expressivos como Celso Furtado, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Josué de Castro ou físico Mário Schemberg, entre tantos outros, foram atingidos pela repressão, perderam as suas cátedras, ficaram impedidos

<sup>3</sup>Juremir Machado da Silva é um escritor, tradutor, jornalista e professor universitário brasileiro.

de trabalhar no país, foram acolhidos em universidades estrangeiras.

A educação foi tratada *manu militari* em todo o período ditatorial (1964-1985). O regime fez de tudo para controlar a educação. Introduziu a censura ao ensino, coibindo a reflexão crítica, instituiu disciplinas para divulgar as ações “positivas” do governo militar, a exemplo da “educação moral e cívica”, implementou reformas educacionais, do primário ao superior, de cima para baixo, sem a participação da sociedade civil e praticamente sem discussão no Congresso Nacional. Além disso, montou uma verdadeira estrutura repressiva direcionada às instituições educacionais, como a universidade.

Em 1968, com a decretação do Ato Institucional Nº (AI-5), foi implantado a ditadura com “D” maiúsculo, com a “linha dura” militar intensificando a repressão política em nível sem precedentes, suprimindo qualquer vestígio inerente a um Estado democrático de direito, incrementando, ainda mais, a

tortura e a morte de presos políticos. O endurecimento do regime iria atingir frontalmente, as instituições educacionais, sobretudo as universidades. Assim, em fevereiro de 1969, é editado o Decreto-Lei Nº 477, que representou uma extensão do endurecimento do regime para o ambiente escolar. Estavam criadas as condições a criação de uma verdadeira polícia universitária, para espionar estudantes e professores, mas que camuflava os seus objetivos uma vez que era denominada de Assessoria de Segurança e Informações (ASI), ligada ao Ministério da Educação e ao Sistema Nacional de Informações (SNI), de triste memória. Na UFRN, como no conto de Ítalo Calvino, “Um general da biblioteca”, a mencionada agência de espionagem, para não fugir da ficção, era sediada no prédio da Biblioteca Central.

Esse cenário se repete como farsa com o golpe de Estado parlamentar de 2016. Observem-se as diversas iniciativas do governo autoritário no campo da educação.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “Educação após Auschwitz”. In: **Educação e Emancipação**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar, 2003, p. 119-138.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém - Um Relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BELLUZO, Luiz G. Carta a Dallagnol e cia. **Revista Carta Capital**, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/921/carta-a-dallagnol-e-cia>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

EINSTEIN, Albert, 1981. **Como vejo o mundo**. Trad. H. P. de Andrade. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SOUSA-SANTOS, Boaventura. Contra o golpe parlamentar no Brasil. **Alice News**, 2016. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/alice-info/boaventura-de-sousa-santos-contra-o-golpe-parlamentar-no-brasil/>. Acesso em 06 de dezembro de 2017.